

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CIDADE, PATRIMÔNIO E ATIVISMOS URBANOS: O CASARÃO DA VILA GUILHERME ENTRE A MEMÓRIA E O DIREITO À CIDADE

Anderson Vannucci

Mestre em historia pela PUC-SP

vannucci_clio@hotmail.com

Resumo:

Este artigo trata de questões relativas a dinâmica social das relações entre o patrimônio histórico e cultural e o direito à cidade nas últimas décadas. Tem como base minha dissertação de mestrado defendida em 2020 junto ao departamento de Historia da PUC-SP que estudou a transformação de um antigo grupo escolar paulistano, o Casarão da Vila Guilherme, construído em 1924, na Casa de Cultura da Vila Guilherme em 2016. Tem como foco o processo no interior do qual, o imóvel, após ser utilizado por vários anos como sede da subprefeitura, ficou abandonado por cerca de 10 anos, até que, a partir de 2012, diversos movimentos e coletivos da região se organizaram para reivindicar junto à prefeitura a criação, em suas dependências, de uma Casa de Cultura, o que só aconteceu após dois anos de ocupação cultural realizada por aqueles movimentos.

Palavras chave: Casarão da Vila Guilherme; Direito à Cidade e coletivos Urbanos; Usos do patrimônio cultural,

Introdução:

A escrita deste trabalho problematizou os usos sociais do patrimônio, destacando questões como a da ampliação dos lugares de memória e a socialização do acesso ao patrimônio cultural. Também esteve atenta à questão dos monumentos históricos e bens culturais em sua relação com o cotidiano da cidade e com as práticas culturais populares. Nesta perspectiva, o processo de transformação do antigo grupo escolar num equipamento cultural do município indica que sua salvaguarda como patrimônio

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

histórico esteve intrinsecamente relacionada às demandas populares da comunidade local. O estudo indicou que as demandas e estratégias de lutas daqueles movimentos foram fundamentais para que a preservação do imóvel como referência cultural para aquela região ocorresse em conjunto com a promoção de seus novos usos.

A questão principal deste artigo refere-se às articulações entre patrimônio histórico e cultural e o direito à cidade. Trata-se de indagar por quais caminhos e processos essas duas formas de apropriação do espaço urbano, com suas formas próprias e diferentes de valorações e simbolismos, inscrevem-se e convergem no processo de transformação dos usos do Casarão da Vila Guilherme.

Por fim, discutiu-se as formas como as demandas populares por espaços públicos autônomos se apropriam desse espaço, que se encontra em processo de patrimonialização pelo poder público, e como estas práticas invertem e criam novos significados para o conceito de patrimônio. Dito de outra forma, salientou-se as maneiras através das quais os diversos ativismos urbanos se apropriam do espaço da cidade e intervêm no processo de patrimonialização, e como através deles o patrimônio é ressignificado e reinserido na dinâmica da própria sociedade.

De escola a referência cultural: o direito a memória como política pública

O edifício situado na Praça Oscar da Silva 110, na região central do bairro da Vila Guilherme, na Zona Norte de São Paulo, mais conhecido como “Casarão”, foi construído em 1924 para abrigar o grupo escolar da Vila Guilherme, criado no ano seguinte e que, ainda hoje, preserva as características originais da construção.

Em 1947, o grupo escolar passou a se chamar Afrânio Peixoto e, em 1956, foi desapropriado pela prefeitura, sendo que até então pertenceu ao Governo do Estado e funcionou como escola até 1970. Em 1977, o prédio recebeu os escritórios da Administração Regional da Vila Maria/Vila Guilherme, como se chamavam na época as atuais Subprefeituras, que funcionaram ali até 2005. Desde então, quando a subprefeitura mudou de endereço, o prédio ficou sem uso oficial e, em 2011, chegou a ser interditado pelo Contru (Departamento de Controle e Uso de Imóveis) do município de São Paulo devido à situação de abandono.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O processo de tombamento do edifício junto aos órgãos de patrimônio foi iniciado em 1991 e concluído pelo Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município de São Paulo) em 2013, ou seja, tramitou por 22 anos e atravessou o governo de sete prefeitos, finalmente em 28 de Maio de 2013, o prédio é oficialmente tombado.

Foram utilizadas varias fontes para a realização da pesquisa, como o CEDEM/UNESP, arquivo mantido pelo Centro de Memória da UNESP, e que guarda em seu catálogo uma grande variedade de acervos de movimentos sociais e políticos, entre eles o arquivo CEDESP (Centro de documentação e estudos da cidade de São Paulo), com toda a documentação oficial referente à administração municipal Luiza Erundina em São Paulo (1989-1992). Nessa coleção, há o material relativo à Secretaria de Cultura, e dentro do qual estava a documentação do DPH, além da documentação referente às administrações regionais. Também foi utilizado o arquivo do DPH para acessar o processo de tombamento do Casarão.

Por tratar-se de um período muito recente foram necessárias consultas a arquivos digitais encontrados na internet e em diversas redes sociais, além de páginas de jornais locais, as vezes existentes apenas no formato digital. Também páginas oficiais com material relativo à legislação em todas as esferas do poder público e a atas de reunião de conselhos ligados à prefeitura. Por fim, foi utilizada a História Oral, através de depoimentos onde foram obtidos diferentes pontos de vista sobre todo o processo de ocupação e criação da casa de cultura.

A tramitação do processo de tombamento no governo Erundina pode ser entendida através de sua articulação com as políticas de cidadania cultural e a proposta de criação das Casas de Cultura na cidade de São Paulo. Assim desde o momento de acolhimento da solicitação pelo Conpresp, o tombamento do Casarão já era articulado ao projeto de criação das Casas de Cultura, que de alguma forma se mantém até o final do processo. O pedido do processo de tombamento do imóvel, então pertencente à administração regional, tinha como objetivo final a criação de uma Casa de Cultura para aquela região, que buscava a ampliação dos espaços culturais na cidade de São Paulo, especialmente nas periferias.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O projeto de implantação das Casas de Cultura era um dos projetos propostos pela Secretaria Municipal de Cultura que colocavam em destaque as propostas de cidadania cultural e de direito à memória. A ideia de transformar o Casarão em Casa de Cultura articulava as duas propostas.

O principal desafio assumido por Marilena Chauí durante sua gestão à frente da Secretaria de Cultura foi a proposição de uma política cultural que não se confundisse com um programa de atividades e serviços. Naquele momento, a partir da crítica ao que caracterizava como modelos anteriores de política cultural adotados na cidade, Chauí estabeleceu uma tripla recusa que ajudaria a pensar o que viria a ser a política da cidadania cultural: a recusa do controle estatal sobre a cultura e suas formas autoritárias; a recusa da divisão entre alta cultura e cultura popular, e do caráter messiânico desta última; e, por fim, a recusa a se curvar às exigências do mercado e, acima de tudo, à privatização da cultura. Essas seriam algumas das bases do novo modelo de cultura iniciado sob a nova gestão à frente da secretaria.

Seria no interior dessas premissas e diretrizes que o trabalho municipal sobre patrimônio iria se estruturar naquele período. O DPH nesse período também se baseou em algumas premissas na constituição de um novo sentido para o patrimônio histórico e cultural.¹ A perspectiva adotada no DPH e no Conpresp durante a administração Erundina foi levar em consideração o papel social da patrimonialização e o campo de disputas entre as classes, e os diversos grupos sociais foram o objeto preferencial da política patrimonial daquela gestão. Na definição da diretora do DPH na gestão Erundina, a professora Dea Fenelon:

Bens culturais não são apenas aqueles tradicionalmente considerados dignos de preservação, produzidos e definidos pelos vencedores de cada época. Ao contrário, são os frutos de todos os saberes, todas as memórias de experiências humanas (...) todos aqueles que brotam de escolhas e ações coletivas. (FENELON, apud ORIÁ, 2010. p.134)

O conceito de Direito à Memória trabalhava com a ideia de se valorizar a diferença e a multiplicidade dos bens culturais existentes, deixando de privilegiar

¹ Dentro desse debate também é importante ressaltar o Congresso de Patrimônio Histórico e Cidadania que foi promovido por aquela gestão e ocorrido entre 11 e 16 de agosto de 1991, cujo texto final, transformado em livro, traduz de forma concisa os parâmetros da política cultural daquela administração.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

apenas as grandes obras construídas pelos grandes homens da história paulista. As premissas articulavam-se às da cidadania cultural, na qual se baseava, buscando valorizar os bens das classes populares e os valores dos vários grupos pertencentes à sociedade.²

Assim, a política de patrimônio do DPH e Conpresp durante a administração de Marilena Chauí à frente da Secretaria Municipal de Cultural da gestão Luiza Erundina revela que a possibilidade de tombamento do Casarão estava inserida dentro de um planejamento mais amplo, que visava dar um uso social para aquele espaço tornando-o acessível para toda a população, mas não de forma museológica. Nesta concepção, o instituto do tombamento não era “gratuito” e se inseria dentro do contexto do projeto da cidadania cultural. A proposta era a de que o processo de tombamento e de criação da Casa de Cultura, além de envolver os vários órgãos da administração pública (administração regional, DPH e setor de Casas de Cultura), dialogasse com as demandas resultantes da mobilização popular no bairro.

Fazia todo sentido que as Casas de Cultura fossem sediadas em prédios já com alguma referência importante para a história da comunidade, que seria o caso do Casarão da Vila Guilherme. Então, nas Casas de Cultura implantadas na cidade, a Secretaria criou vários programas, entre eles o Projeto Memória, iniciado por volta de 1991, que, articulando o DPH com os movimentos sociais, visava promover o resgate da memória coletiva local de cada região através das histórias dos seus moradores e de suas experiências de vida e de trabalho. Era dada uma atenção maior para a construção da memória dos trabalhadores e pessoas dos setores populares, buscando valorizar, para essas pessoas, suas memórias e sua cultura como algo a ser guardado.

No entanto segundo a Secretaria Municipal de Cultura, houve problemas na execução do planejado em relação à criação das Casas de Cultura. O projeto inicial foi reduzido para apenas 7 unidades, sendo que na Zona Norte apenas a unidade de Pirituba

² O DPH, durante a gestão Erundina, além de intensificar o instituto do tombamento, instituiu diversas outras práticas com o objetivo de ampliar o conhecimento e a participação da sociedade civil na valorização do patrimônio histórico e cultural. Ocorreu a dinamização das casas históricas, a criação e desenvolvimento de um serviço educativo, foi realizado um projeto de memória e história oral e também um importante projeto chamado Pátria Esquartejada, realizado em 1992, que buscou reunir ao mesmo tempo as comemorações da Descoberta da América (1492), da Inconfidência Mineira (1792) e da Semana da Arte Moderna (1922), buscando uma reflexão mais ampla sobre a história do nosso país.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

continuava nos planos, tendo sido abandonados os projetos da Freguesia do Ó, Santana e Vila Maria.

Entre os problemas levantados estava a falta de condições materiais e verba para a instalação das Casas de Cultura. A Cultura, que tradicionalmente possuía um orçamento abaixo dos 2%, tinha o difícil trabalho de batalhar por mais verbas, e para isso precisou reavaliar as suas prioridades dentro da pasta em vários momentos.

Durante as gestões de Maluf e Pitta, entre os anos 1993 a 2000, o processo de tombamento do Casarão ficou praticamente parado.

Escrevendo, em 2001, sobre as políticas de patrimônio na cidade de São Paulo, Nigro (2014, p.57) chama o período entre 1993 e 2000 de “tempos de clausura”, que se contrapõe aos chamados “tempos de abertura”, referente ao período da gestão Erundina. Esse intervalo entre as duas gestões petistas é caracterizado pela autora como o de introdução da ideia de patrimônio como mercadoria cultural e de enfraquecimento das políticas de preservação do patrimônio.

Como consequência desse processo, que parte da chefia da administração municipal, ocorre cooptação dos profissionais dos órgãos de preservação que ficam sujeitos a pressões externas e acertos vindos da cúpula. Esse afastamento da sociedade civil contribuiu para uma maior proximidade com interesse privados e imobiliários.

De referência cultural a bem comunitário: o direito a memória como direito a cidade

A partir dos anos 1990 uma nova forma de ativismo social surge, os coletivos culturais; movimentos independentes e sem hierarquia, formados por um grupo de pessoas com interesses comuns que desenvolvem uma cultura com um forte ingrediente radical. Outra característica marcante dos coletivos é o seu caráter flexível e horizontal. Eles buscam prover a comunidade com espaços que ofereçam e divulguem atividades culturais, educacionais e esportivas, além de incluírem movimentos artísticos locais.

Este processo se deu inicialmente sob a gestão na prefeitura de Kassab (2009-2012) devido à política higienista aplicada por este prefeito na cidade. Foram realizadas ações contra moradores de rua, artistas de rua, vendedores ambulantes, entre outros.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Estas políticas visavam limpar o espaço público urbano de pessoas e atividades impróprias do ponto de vista da administração pública. Isto acabou gerando uma reação de setores articulados da sociedade civil que intensificaram a luta contra estas políticas.

Já na gestão Haddad (2013-2016), a continuidade do crescimento dos coletivos se deu de maneira oposta. Houve um processo de diálogo às vezes difícil, mas aberto, por parte da prefeitura com os movimentos urbanos, inclusive os da periferia. Além disso, políticas públicas voltadas ao direito à cidade foram implementadas durante esta gestão.

Vale ressaltar também o surgimento de coletivos urbanos e culturais que têm a questão do patrimônio como objeto principal de sua ação política ou que levam essa questão em consideração em suas iniciativas: a preservação através de novos usos de bens ou paisagens culturais valorizadas pelas suas comunidades. Esses exemplos dialogam de maneira bastante próxima como o caso aqui estudado.³

Os anos da gestão Haddad caracterizam-se como um período de ampla mobilização dos movimentos de cultura nas áreas periféricas da cidade, incluindo-se nesse contexto a atuação bastante ativa de coletivos da Zona Norte. Dentre os coletivos diretamente envolvidos com o Casarão, ganham destaque o Agito Cultural da Zona Norte, que se propunha com uma articulação entre os diversos atores e grupos artísticos e lugares de práticas culturais na região, e o CICAS (Centro Independente de Cultura Alternativa Social) que estava ligado ao Fórum de Cultura da Zona Leste, o qual

³ Temos por exemplo o espaço comum Luiz Estrela em Belo Horizonte. Trata-se de uma ocupação artística iniciada em abril de 2013 como uma proposta de intervenção em um imóvel abandonado desde 1994, e que foi construído em 1913, onde era sede do primeiro hospital militar de Minas Gerais. Tornou-se patrimônio histórico tombado pelo IEPHA, e até hoje conta com atividades culturais abertas ao público.

Temos o caso do processo de tombamento da fábrica de cimento Portland, no bairro de Perus na Zona Norte de São Paulo. Trata-se de uma área de grande relevância para a memória da indústria no Brasil, mas além disso é produto de disputa por parte dos grupos e coletivos atuantes no bairro. Alguns projetos já foram pensados para a ocupação deste local pela comunidade, desde um museu dedicado à memória operária referente aos chamados “queixadas” - movimento grevista muito importante dos anos 1980 e ocorrido naquela fábrica. Além disso, já foi pensada uma Universidade naquele local, e já houveram diversas ocupações artísticas e culturas visando reivindicar o espaço tombado da fábrica.

Outro exemplo relevante para efeito de comparação se trata do processo de tombamento da paisagem cultural do cais Estelita no Recife. Desde 2013 existe um movimento bastante grande de resistência à demolição do antigo cais Estelita para a construção de torres que tampariam a paisagem de boa parte do centro do Recife. O movimento chamado Ocupe Estelita, entre outras atividades, propôs esse tombamento da paisagem cultural que visa limitar a altura de edifício a serem construídos naquela região, e assim evitar a verticalização.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

emergiu a partir de uma articulação de movimentos culturais da periferia espalhados pela cidade.

Com o início da gestão Haddad, em 2013, e ainda antes do tombamento do Casarão, decretado em maio daquele ano, os movimentos e coletivos se reúnem com a prefeitura para demandar a criação da Casa de Cultura no edifício do antigo grupo escolar.

No decorrer dessas mobilizações, identifica-se outra proposta para a utilização do espaço, que dizia respeito à cessão do imóvel e transferência da gestão de suas atividades para uma Organização Social (OS). Ela tinha origem a partir da atuação do grupo Abaçai Cultura e Arte, qualificado como OS pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo em 2007, e que é responsável pelo Festival Revelando São Paulo e pelo mapa cultural paulista.⁴.

A política de deixar a administração das práticas culturais a cargo de OSs e ONGs pelo governo do Estado de São Paulo deve ser contextualizada a partir do surgimento das ONGs nos anos 1990, ligadas a uma prática administrativa influenciada pela lógica neoliberal, que tem influência significativa no âmbito estadual, visto a permanência do mesmo grupo político no governo estadual desde aquela década.

O Abaçai propôs a utilização do edifício como sede oficial do grupo para a realização de suas atividades além da proposição de atividades voltadas para a comunidade local.

É importante considerar o fato de que o Abaçai Cultura e Arte não gozava de uma boa reputação entre os coletivos da região, pois estes consideravam seu trabalho como uma forma de “privatização” e “terceirização” da política cultural do governo. Por exemplo, havia o fato de eles nunca terem tido até aquele momento uma participação ativa junto à comunidade local.

⁴ Trata-se de um grupo de produção cultural voltado especialmente para a manutenção e valorização da cultura popular do Estado de São Paulo surgido em 1973 dentro de uma escola pública. Seu principal evento é o Revelando São Paulo, no qual é mostrada toda a variedade da cultura popular do Estado através da música, artesanato e culinárias tradicionais. Esse festival ocorria desde 1997 no parque da Água Branca, e a partir de 2010 passou a acontecer no parque do Trote na Vila Guilherme.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Para terminar o grupo Abaçai realizava sondagens e tratativas diretamente com prefeitura a fim de conseguir administrar o edifício mesmo após o início da articulação dos coletivos culturais junto a prefeitura para a criação da casa de cultura.

Foi em decorrência dessa interferência e também da demora da prefeitura em tomar uma decisão sobre a criação e a forma de gestão da casa de cultura que foi tomada a decisão por parte dos coletivos de ocupar o casarão da Vila Guilherme, tendo esta ocorrido finalmente na noite do dia 25 de abril de 2014.

É importante entender que a ocupação do Casarão da Vila Guilherme está inserida num contexto mais amplo das ocupações artísticas e culturais que se expandiram por todo o Brasil, entendendo essa prática como um instrumento utilizado pelos movimentos sociais contemporâneos buscando ocupar espaços e formular novas relações da população com a cidade.

Ghisleni trata das origens históricas das ocupações artísticas em edifícios em estado de abandono, e demonstra como os recentes movimentos de ocupação cultural e artística no Brasil passaram a ocorrer logo após as manifestações de rua de 2013 e como fruto dela também.

Aqui no Brasil, o processo de apropriação cultural do abandono parece ter ganho contornos definitivos somente no ano de 2014. Antes desta data, as ocupações do abandono limitavam-se ao uso habitacional ou relacionavam-se somente a eventos artísticos temporários. Desta forma, estimuladas pelo campo sociopolítico atual, em vias de calamidade econômica e insatisfação generalizada, se fizeram presentes, mais do que nunca, tais insurgências coletivas. Mesmo em situação tardia – se comparada com movimentos de outros países – as ocupações nacionais surgiram como uma premissa para a mudança, um ingrediente temporal para renovação e revolução. Em meio a essa inconformidade social, desponta um cidadão participativo que se opõe à resistência da cultura do espetáculo e sua conseqüente contemplação. Uma mobilização que transparece na conquista tática da cidade, na descoberta de potencialidades e na poetização do espaço urbano. (GHISLENI. 2017. p.62)

Entre os vários coletivos que participaram da ocupação temos: Amigos da Vila Maria; Centro Comunitário Nelson Mandela; CICAS – Grupo Social Reviver, e alguns grupos apoiadores, como os grupos O de Casa⁵; Fórum Mudar SP⁶, o Ateliê Oço⁷ e finalmente o projeto MUC Sound do MUC (Movimento Urbano Cultural)⁸

⁵ O grupo Ô de Casa foi fundado na década de 1990 no bairro da Vila Mazzei, na Zona Norte com a proposta de produzir e divulgar a cultura brasileira. Em suas apresentações recriam temas e festas tradicionais de cunho popular, com ênfase na música e na poesia.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A relação dos coletivos ocupantes com administração pública com o tempo foi relativamente boa. Houve um diálogo melhor com a Secretaria de Cultura devido ao interesse desta no desenvolvimento das Casas de Cultura como um todo. Já a relação com a subprefeitura era mais complexa, pois de acordo com vários dos militantes, havia pessoas que facilitavam e outras que dificultavam o diálogo pois não estavam conectadas com a comunidade e eram mais ligadas à burocracia administrativa.

Portanto, havia duas frentes de diálogo travados com os ocupantes do Casarão, a Secretaria Municipal de Cultura para negociar a criação da Casa de Cultura e a subprefeitura, que era a proprietária do imóvel. Este último diálogo aconteceu principalmente através do conselho do qual participava o Subprefeito Gilberto Rossi.

Alguns membros do Conselho Participativo da Subprefeitura apoiavam o movimento e foram importantes para garantir junto à prefeitura a manutenção do modelo participativo na futura Casa de Cultura. O Conselho Participativo da Subprefeitura era formado por pessoas atuantes na comunidade e foi muito importante como forma de intermediar o diálogo entre a prefeitura e os coletivos que ocupavam o Casarão, levando as demandas destes grupos até a Administração Municipal.

Esse processo nos ajuda a compreender as relações complexas e dinâmicas estabelecidas entre essas duas esferas da atuação política contemporânea, nas quais os grupos da ocupação exercem pressão ao mesmo tempo em que dialogam com a administração municipal, buscando resolução para suas demandas locais numa perspectiva mais autônoma,.

A relação dos coletivos com a comunidade do entorno era uma questão importante para garantir a manutenção da ocupação como projeto de cultura que alcançasse a comunidade local de maneira efetiva, além de ser um também fator muito importante para auxiliar na luta junto às autoridades públicas para a criação da Casa de

⁶ O Fórum Mudar São Paulo de Cultura e Educação surgiu em 2010 como um movimento que reúne artistas, intelectuais, educadores, jornalistas e representantes do movimento do cine clubismo. O objetivo do fórum é manter uma agenda de atividades que discutam e proponham ações educativas e culturais para o Estado de São Paulo.

⁷ O Ateliê Oço é um espaço fundado pelo artista plástico Claudinei Roberto no bairro da Liberdade em 2007, e que surgiu com o objetivo de ampliar os espaços dedicados à arte. Ele trabalha pensando especialmente nas questões ligadas à negritude, a participação e a representação do negro na arte.

⁸ Ele foi responsável por levar um projeto de skate e de produção musical de hip-hop para a ocupação. Este foi um dos primeiros projetos, e ainda hoje é realizado na Casa de Cultura e ocupa boa parte da área externa do edifício do antigo grupo escolar.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Cultura. As reações mais críticas ocorreram especialmente no processo inicial da ocupação, sendo que, no geral, o balanço pode ter sido mais de indiferença por parte dos moradores do entorno imediato do edifício.

Essa relação, no entanto, foi sensível e complexa, ativistas da ocupação relataram certa resistência nos moradores das proximidades do Casarão por causa da presença de jovens, negros e de artistas ligados ao RAP e ao Reggae, considerados gêneros marginalizados pela sociedade, além da presença constante de crianças e adolescentes vindas das comunidades carentes, fruto do trabalho social realizado na ocupação.

Vale também chamar a atenção para o que Harvey (2014, p.140) chama de criação de política do comum. Sendo o comum a apropriação de lugares muitas vezes públicos, mas não disponíveis para todos, espaços e bens públicos não são necessariamente comuns, pois embora eles contribuam intensamente para as qualidades dos comuns. É preciso uma ação política por parte dos cidadãos para se apropriarem verdadeiramente destes bens, já que para o autor sempre houve uma disputa sobre quem deve cuidar e sobre quem deve regular a produção e o acesso aos bens públicos. Por fim, para proteger o comum é necessário proteger o fluxo de bens públicos que garantem a qualidade do comum.

O comum também se institui com uma forma de organização e do governo da produção coletiva dos seus diversos sujeitos constituintes garantindo uma atuação de forma horizontal e democrática do processo social.

O comum corresponde então à prática institucional de determinar o que é inapropriável: não aquilo que não é passível de ser apropriado por sua própria natureza, mas aquilo do que não é permitido apropriar-se, pois deve estar reservado ao uso comum assim, instituir o inapropriável e regular o uso sem fazer-se proprietário. O que interessa é a “experimentação de um comum que envolve o exercício de um direito de uso coletivo muitos mais do que a reivindicação de uma propriedade coletiva” (Tonucci Filho. 2019. p.166)

Esse valor de uso público será uma preocupação dos coletivos mesmo após a inauguração da Casa de Cultura e a passagem desse espaço para administração do poder público. Houve a preocupação com que a sua gestão fosse compartilhada com os grupos locais na criação de uma gestão pública ampliada.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Havia autonomia na utilização dos espaços dentro da ocupação pelos grupos. A ocupação ficava aberta até aos domingos, e durante as segundas ficava fechada para o público. Esse fechamento ocorria porque todas as terças havia uma reunião geral dos grupos do Casarão para decidirem os rumos da ocupação e tratar de questões práticas do dia a dia. Para essas reuniões costumavam ser convidados moradores da região, pessoas ligadas à subprefeitura da Vila Maria /Vila Guilherme, professores e pessoas ligadas à Biblioteca Pública Municipal da Vila Maria.

Também eram convidados artistas e militantes sociais e culturais de outras regiões. Com isso se buscava um maior fortalecimento da ocupação através da criação e ampliação de uma rede com pessoas e grupos atuantes em outras áreas e lugares e que poderiam colaborar de diversas maneiras no processo.

Para a coordenação de todas estas atividades e para garantir o funcionamento cotidiano do espaço, foi criado uma espécie de conselho gestor interno da ocupação, que era organizado através de comissões. Estas se dividiam conforme as necessidades da ocupação como limpeza, cozinha e a organização das oficinas. Do ponto de vista financeiro, dependiam de doações de produtos de limpeza e de alimentos.

Atividades bastante diversas foram realizadas durante a ocupação, segundo dados fornecidos por Brandão,⁹ (2016, p.102) ocorreram no Casarão durante a ocupação cerca de 32 oficinas gratuitas e abertas para o público em geral com a participação de mais de 200 alunos.

Foram realizados diversos tipos de oficinas e atividades dentro do espaço da ocupação. Elas ocorriam aos fins de semana e eventualmente durante a semana. Havia circo, teatro, dança e shows musicais, aulas de capoeira, aulas de karatê, oficina de serigrafia, entre outros. Outra atividade importante realizada durante a ocupação foi a montagem de uma biblioteca comunitária formada por livros doados.

Também havia uma oficina de grafite na ocupação. Nesse caso houve a preocupação com a manutenção das características históricas do edifício e com a

⁹ Este TCC da área de arquitetura foi concluído em 2016, sendo uma importante referência para nosso trabalho, já que a pesquisa ocorreu durante o processo de ocupação e a autora pôde conhecer pessoalmente o local e entrevistar alguns membros da ocupação. Os números citados possivelmente tenham sido obtidos através de um caderno que havia no começo da ocupação para registrar a frequência das pessoas no espaço. Infelizmente este caderno se encontra desaparecido.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

preservação do patrimônio, já que nessa época o edifício estava oficialmente tombado pelo CONPRESP. Nesta direção, optou-se pelo uso de tapumes ou lonas como suporte para as oficinas de grafite a fim de não grafitar as paredes.

Havia também toda a área do pátio externo dedicada ao skate. Foram construídos ali mesmo pelos próprios instrutores e seus alunos vários obstáculos usados para a prática, os jovens e adolescentes que se utilizavam da Praça Oscar da Silva para a prática do skate possuíam uma longa relação com o espaço da praça, graças a isso, a área externa da ocupação se tornou uma espécie de continuidade da praça pública.

Havia alguns grupos de teatro que realizavam oficinas e espetáculos dentro da ocupação, alguns destes grupos também usavam o espaço como lugar para seus ensaios em geral devido à ausência de espaços próprios para esses grupos. Mas não apenas os grupos de teatro utilizavam o espaço da ocupação de forma constante. Havia também alguns grupos que realizavam atividades diversas dentro da ocupação para a comunidade e que também se utilizavam das salas do edifício ocupando um espaço próprio dentro do Casarão.

Entre esses grupos temos a escola de samba Acadêmicos de São Jorge, que foi criada em 2005 na Vila Sabrina, onde fica a sua sede oficial e que durante a época da ocupação desfilava no grupo 3 do carnaval paulista. Durante a ocupação da escola, o espaço do Casarão serviu como barracão para preparar seus desfiles de carnaval.

Outro grupo que aparece nesse contexto na ocupação é o INDEAFRO (Instituto Nacional de Tradições Afrodescendentes no Brasil), cuja sede fica no Jardim Brasil, e também utilizaram o Casarão como sede durante a ocupação. Tinham inclusive a intenção de criar um museu da cultura negra dentro da ocupação.

Pensando a partir das práticas culturais realizadas dentro da ocupação podemos pensar a patrimonialização do Casarão para além da lógica material conhecida como pedra e cal, e atentar para as práticas culturais ligadas a ela. Certeau tratou da importância de valorizar a cultura popular como parte do patrimônio cultural da cidade, mas não apenas a cultura produzida em tempos passados, mas também aquela produzida hoje de modo a não se tornar o patrimônio algo museificado e estático no tempo, nem algo restrito aos especialistas e expertos. Como ele argumenta.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Mas isso é desperdiçar o verdadeiro capital de uma nação ou de uma cidade. Pois seu patrimônio não é feito dos objetos que ela criou, mas das capacidades criadoras e do estilo inventivo que articula, a maneira de uma língua falada, a prática sutil e múltipla de um vasto conjunto de coisas manipuladas e personalizadas, reempregadas e poetizadas. Finalmente o patrimônio são todas essas “artes de fazer” (Certeau, 2003. p.199)

Entre as atividades consideradas mais relevantes para os organizadores da ocupação eram aquelas ligadas a atuação junto às crianças e jovens em situação mais vulnerável. Importante ressaltar a preocupação em buscar jovens da região para participarem das atividades ocorridas no Casarão vindos de diversas comunidades na região da Vila Guilherme, e até mais além, aonde alguns membros da ocupação iam a fim de atrair crianças e jovens e criando atividades voltadas para elas. Havia a preocupação não apenas com o caráter artístico da ocupação mas com o caráter social onde através do qual se poderia atuar.

Entre as comunidades estavam a da Coruja, Sallus e Amadeu, que estão situadas no próprio bairro da Vila Guilherme. Além dessas, as ações chegavam por exemplo à comunidade do Violão, situada no Jardim Brasil, e à comunidade da Zachi Narchi, situada no bairro do Carandiru.

Também havia um trabalho com crianças vindas de abrigos da Vila Medeiros e do Jardim Brasil. Para esse trabalho havia a cooperação de agentes públicos como do Conselho Tutelar e do setor responsável por cuidar de crianças e adolescentes da própria subprefeitura. Havia também um trabalho realizado com crianças vindas do Parque Novo Mundo, sendo este feito com o Movimento de Moradia da Vila Maria e com a Ocupação Douglas Rodrigues.¹⁰

A inauguração da Casa de Cultura ocorreu em 11 de junho de 2016 e contou com a presença do Prefeito Fernando Haddad, além das autoridades ligadas à subprefeitura. Ela passou a ser administrada provisoriamente pelo gestor do Centro Cultural da Juventude localizado no bairro da Cachoeirinha na Zona Norte de São Paulo e que foi cedido para a Casa de Cultura até 16 de janeiro de 2017 quando, a partir de

¹⁰ Essa ocupação faz parte do MIVM - Movimento Independente de Luta por Habitação de Vila Maria - e conta com aproximadamente 2600 famílias desde pelo menos 2013 e está localizada em uma área de aproximadamente 50 mil m² no Parque Novo Mundo, a 100m da Marginal Tiete.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

então, foi eleito um conselho gestor formado por pessoas da comunidade e um coordenador foi eleito por esse conselho.¹¹

Em junho de 2019 a Casa de Cultura sofreu uma readequação através da demolição e da reforma da parte dos fundos do espaço que faz parte da área chamada de espúria no processo de tombamento, isso devido a não fazer parte do conjunto original do grupo escolar e por isso não era tombado. A reforma teve início em dezembro de 2018 e foi concluída em janeiro de 2019.

Além da manutenção e conservação, a unidade teve as dependências ampliadas, as intervenções no equipamento contemplaram a criação de salas multiuso, duas salas para áudio, área de skate, vestiários masculino e feminino e implantação de copa, além da troca da cobertura do prédio principal e da calha e substituição do sistema captação de águas pluviais.

Através do depoimento do atual administrador da Casa de Cultura, um ativista da ocupação, vemos que a importância da manutenção desse espaço vai além dos aspectos materiais de um equipamento público. Ele destaca o quanto a manutenção de um canal de participação ativa na gestão e nas decisões da Casa de Cultura fez com que a participação popular e a aceitação desse projeto de cultura na comunidade atualmente se tornassem muito boa. Superando portanto os problemas pelos quais passou a ocupação.

Mas, em especial, ele ressalta que esse projeto de cultura se baseia em dois pontos essenciais:

Desconstruir uma certa visão estereotipada de cultura buscando mostrar para a comunidade local que os artistas jovens, negros e periféricos ligados ao RAP ou ao Reggae por exemplo não são marginais, mas trabalhadores da cultura. Por outro lado, também visa a formação de um público para a fruição da cultura trabalhando especialmente com a população mais periférica que tem menos acesso à cultura em geral, isso através de uma programação que visa a diversidade de manifestações e linguagens artísticas. Esses são objetivos que eram buscados pelos coletivos que

¹¹ Conforme a portaria nº 069 de 2016, a administração das Casas de Cultura fica sob a responsabilidade de um conselho gestor formado por 11 membros, sendo 1 funcionário da Secretaria Municipal de Cultura, 7 produtores culturais da região que atuam na Casa de Cultura e 3 membros da sociedade civil que morem no distrito da Casa de Cultura, com mandato de 2 anos e com a possibilidade de uma única reeleição

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ocuparam o Casarão e continuam sendo os objetivos daqueles que militam na Casa de Cultura.

Conclusão:

O patrimônio histórico e cultural deve ser considerado e discutido no processo de apropriação urbana dos tempos recentes. Nesse contexto, vale a pena ressaltar as grandes mudanças pelas quais as políticas de patrimônio passaram, indo além da questão arquitetônica e mudando radicalmente o tipo de memória que se pretende guardar sobre determinada sociedade. Hoje em dia, apropriar-se do patrimônio urbano também significa se apropriar da memória e suas interpretações, e nesse processo de crítica da cidade acontece igualmente uma crítica da memória e da sua narrativa. Assim, a apropriação do patrimônio acontece em diálogo com os seus usos dentro do espaço urbano, gerando novas formas de patrimonialização do espaço público.

O debate sobre a apropriação social do patrimônio não é uma questão recente e está presente em discussões no Brasil há um bom tempo. Ele é levantado, por exemplo, por Antônio Arantes, que presidiu o CONDEPHAAT no início dos anos 1980:

Articula-se, desse modo, aos aspectos já focalizados do problema da sustentabilidade das políticas de proteção do patrimônio cultural, e ganha visibilidade a dimensão jurídica das modalidades de apropriação do patrimônio, que são os direitos a ele associados. Lembrando Foucault, vale ressaltar, neste contexto, que o exercício do poder gera contra poderes e que, por meio das práticas culturais costumeiras, os agentes sociais tendem a atribuir novos sentidos aos itens culturais patrimoniados ao reincorporá-los à vida cotidiana. Estes sentidos podem reiterar ou modificar os pré-existentes, mesmo no que diz respeito à legitimidade que lhes é conferida pela proteção oficial (ARANTES. 2006, p. 428).

Nesse sentido, foi através da reincorporação do antigo grupo escolar, que estava abandonado para a vida cotidiana do bairro havia 10 anos, que ao mesmo tempo atribuiu a ele novos sentidos de pertencimento, através, principalmente, da produção e da fruição das atividades culturais realizadas dentro daquele espaço, que a partir de então passou a abrigar e representar a produção cultural de toda a região.

A obra *Culturas Híbridas*, de Canclini, em especial, traz duas ideias importantes a esse respeito, a ideia central de hibridização cultural traz em seu bojo a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ideia de processos socioculturais dos mais variados, nos quais estruturas ou práticas que existem de forma separadas se combinam e geram novas estruturas, objetos ou práticas sociais, incluindo nas próprias palavras do autor “reconceituações e deslocamentos do patrimônio seja ele material ou imaterial”.

Mas frequentemente a hibridização surge da criatividade individual e coletiva. Não só nas artes, mas também na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico. Busca-se reconverter um patrimônio (uma fábrica, uma capacitação profissional, um conjunto de saberes e técnicas) para reinseri-los em novas condições de produção e mercado (CANCLINI, 2015, p. XXII).

Assim, a partir da ideia do diálogo entre a patrimonialização e a criação de uma Casa de Cultura, em um espaço ao mesmo tempo *restaurado* que visa retomar o seu aspecto original e *renovado* através dos novos usos atribuídos a ele, cria-se um aspecto duplo ao projeto do edifício.

O conceito dos usos sociais do patrimônio é bastante discutido por esse autor, em especial sob o chamado paradigma participacionista onde se leva em consideração a preservação do patrimônio em relação as necessidades globais da sociedade, ou seja, ela fica subordinada as demandas atuais dos usuários, e com a presença popular no processo decisório sobre os valores e os usos do patrimônio, essa participação social contribui segundo o autor para evitar que o processo de preservação do patrimônio cultural acabe criando espaços museológicos sem função ou restritos a uma pequena elite cultural..

Nesse sentido, podemos concluir que muito além de se preservar edifícios ou conjuntos em sua espacialidade e usos dentro da cidade, é necessário a preservação de uma certa ideia de cidade, no que se refere à preservação da ideia de cidade como espaço público, de contatos e de disputas, de diferenças e de convivências.

Referências:

ARANTES, Antônio. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Habitus**, Goiânia: PUC-GO, vol 4, n° 1. jan/jun 2006.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BRANDÃO, Marina Chagas. **Ocupar o patrimônio:** reflexões sobre estudos de caso. Trabalho Final de Graduação. FAU-USP, São Paulo, 2016.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Edusp, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural:** o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2006.

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1992.

GHISLENI, Camilla Sbeghen. **A potência do abandono:** políticas e contradições nas intervenções artísticas em espaços abandonados. Dissertação de mestrado. UFSC, Florianópolis, 2017.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

NIGRO, Cintia. Patrimônio cultural e território urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº78, 2014

TONUCCI Filho, João Bosco Moura. CRUZ, Mariana de Moura. **O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum.** Revista Brasileira de estudos urbanos. São Paulo vol. 21, n3, Set/Dez 2019